

O TÓPICO EM TEXTOS FALADOS E ESCRITOS

Paulo de Tarso Galembeck (UEL)
ptgal@uel.br

1. *Considerações iniciais*

Este trabalho discute os procedimentos mais comuns de expansão do tópico discursivo em textos escritos e falados. Para a consecução desse objetivo, a exposição é dividida em duas seções: a primeira é dedicada à conceituação do tópico e à exposição de suas propriedades; na segunda, são analisados os três procedimentos mais frequentes de expansão do tópico: a explicitação, a exemplificação (ou analogia), as relações causais. O *corpus* do trabalho é constituído por inquéritos do Projeto NURC/SP (cuja transcrição está publicada em Castilho e Preti, 1987) e por matérias extraídas de revistas.

2. *O tópico discursivo e suas características*

2.1. *Conceito e característica do tópico discursivo*

O tópico discursivo pode ser considerado um dos elementos essenciais na produção da fala e, por conseguinte, dos estudos de língua falada, por abranger dois aspectos, ou melhor, dois princípios fundamentais para o estudo da fala: o princípio fundamentador e o organizador. O primeiro deles relaciona-se com o fato de o tópico (aqui entendido como ideia, assunto, alvo) constituir o ponto referência ou, simplesmente, o referente (ideia, assunto, alvo), algo imprescindível para a elaboração da fala. O princípio *organizador*, por sua vez, diz respeito ao próprio desenvolvimento dos referentes. Antes de aprofundarmos estas ideias, é interessante observar o que dizem os autores:

a) Fávero (1999), ao analisar a coesão e coerência textuais, afirma haver, de modo geral, coerência no texto. Porém, como ele obedece a processos de ordem cognitiva

muitas vezes se torna difícil detectar as marcas linguísticas e discursivas dessa coerência, pois ela geralmente não se dá com base nas marcas, *mas na relação entre os referentes: daí a importância que a noção de tópico e de desenvolvimento dos tópicos na conversação vem adquirindo ultimamente* (FÁVERO, 1999, p. 93. Grifo nosso).

b) Marcuschi (1986, p. 77), ao discutir a organização do tópico, afirma que “só se estabelece e se mantém uma conversação se existe algo sobre o que conversar, nem que seja sobre futilidades ou sobre o tempo, e se isto é conversado”. É a isso que se refere Goffman, quando sugere que uma conversação é uma “interação centrada”. Brait também compartilha dessa ideia. Em suas palavras, o tópico discursivo é “parte constitutiva do texto na medida em que os interlocutores só podem se relacionar a partir da presença desse aspecto” (1993, p. 209).

c) Jubran et al. (1993, p. 360), por sua vez, acrescentam que a noção de tópico define, além da ideia de Goffman acerca da conversação como uma “interação centrada”, o seu – da conversação – movimento dinâmico, fazendo do próprio discursivo “um elemento decisivo na constituição do texto oral, e a estruturação tópica serve como um fio condutor da organização discursiva”.

A partir dessas considerações, percebe-se que a noção de tópico está sendo elaborada segundo uma perspectiva dinâmica, no âmbito do texto/discurso. O tópico é definido por Brown e Yule (1983) como “aquilo do que se está falando”, mas só pode ser compreendido dentro do processo interacional, já que a interação interfere diretamente na sequência tópica. Jubran (1994, p. 62) estabelece essa convergência de atenção a um determinado assunto como reveladora do primeiro traço básico identificador do tópico discursivo: a *centração* ou *focalização*. O segundo traço identificador do tópico discursivo é o fato de este poder dividir-se em tópicos mais específicos ou de menor abrangência, que, contudo, mantêm entre si uma relação de interdependência, característica denominada *organicidade*.

A organicidade pode ser observada em dois planos: *linear* ou *horizontal* e *vertical*. O primeiro indica a relação entre os tópicos na linha discursiva, em sua linearidade, noção por meio da qual compreendemos o fenômeno de continuidade, quando há organização sequencial dos tópicos e o fenômeno de descontinuidade, marcado pela perturbação dos tópicos e o fenômeno de descontinuidade, marcado pela perturbação na sequencialidade. O *plano vertical*, por sua vez, diz respeito às relações de interdependência existentes entre um determinado tópico e suas subdivisões. Em um trabalho posterior, a autora reporta-se aos dois planos mencionados da seguinte forma: “a organização horizontal corresponde à progressão dos tópicos no desenrolar do diálogo”, enquanto a organização vertical é “decorrente de uma sucessiva especificação do assunto em pauta, até os limites das necessidades interacionais”.

Além de centração e organicidade, outra propriedade do tópico é a *segmentação*. Ela consiste na delimitação dos vários segmentos ou porções tópicas, intuitivamente identificadas pelos falantes, na medida em que há na fala marcas desta delimitação tópica, mas que nem sempre constituem um critério absoluto, pois são facultativos, multifuncionais e coocorrentes.

Cabe acrescentar que os discursos falado e escrito apresentam diferenças no que diz respeito à organização de desenvolvimentos tópicos. A conversação desenvolve a dinâmica tópica interativa (ou seja, com monitoramento local), ao passo que o texto escrito segue um processo enunciativo mais calculado, pois as suposições e interferências possibilitam um planejamento de maior abrangência. Essa diferença decorre das diferentes condições de produção de ambas as modalidades de exteriorização linguística: a oralidade ocorre em tempo real, ao passo que na escrita existe uma defasagem temporal entre a produção e a recepção.

2.2. Formas de continuidade tópica

Keenan e Schieffelin (1976) definem duas formas de continuidade tópica: a colaborativa e a incorporativa. No primeiro caso, a continuidade é estabelecida de forma estrita, ou seja, mantém-se rigorosamente o mesmo tópico discursivo em dois enunciados sucessivos ou numa sequência de enunciados:

(01) Doc. você falou em:: carreira... boa para a mulher né?

L2 ahn ahn

Doc. que tipo de carreira... fora essa... seriam digamos

conveniente...

L2 *Olha ah o ti/o ti/ ah o especificamente o tipo de carreira ah eu acho que isso seria qual/qualquer uma () quer dizer:: o o::lado... o lado de ciências mais humana/ah de o lado humano o ou de::... ciências exatas como chamava-se no MEU tem::pó (...) (NURC/SP, 360, l. 646-654).*

No exemplo anterior, a informante L2 responde à documentadora com a retomada precisa do subtópico introduzido por esta última (“carreiras boas para a mulher”).

Já na continuidade incorporativa, a sequência de tópicos é estabelecida de forma menos rigorosa, já que se baseia em pressupostos e inferências, não na retomada estrita do tópico:

- (02) (A informante discorre acerca da produção cinematográfica nacional).
- L1 mas agora estão dizendo que estão passando aí um filme muito bom *O Predileto* não é?... você ouviu falar?
- L2 é ()
- L1 diz que é um filme também nesta linha brasileira... até achei graça uma amiga minha disse... “eu gostei muito do filme... porque ele tem sobretudo... uma cafonice bem brasileira ((rindo))...
- L2 ah
- L1 retratando determinado mundo “...*eu acho que é muito bom... que o Brasil em literatura pelos seus escritores há bastante tempo... já deixou de ter o seu cordão umbilical... preso à Europa... e:: e todo o::... toda a América Latina já se desprende... desse cordão umbilical fazendo uma literatura muito... da terra muito do homem... nativo (...)* (NURC/SP, 333, l. 653-668).

A informante está tratando da produção cinematográfica nacional e, no trecho transcrito, menciona o filme *O Predileto*. A seguir, ela afirma que o Brasil e a América já alcançaram autonomia no plano cultural, e justifica essa afirmativa com base na literatura. Esse fato significa que existe continuidade entre os dois assuntos, mas ela só se estabelece em termos bem abrangentes, a partir do conhecimento de mundo das interlocutoras, pois ambos os assuntos relacionam-se com o tópico genérico *produção cultural*.

As duas formas de continuidade citadas podem ser verificadas na língua escrita, sobretudo na continuidade entre os parágrafos sucessivos. O trecho a seguir constitui um exemplo da continuidade colaborativa:

- (03) Ao longo da costa brasileira – primeiro em São Vicente, Pernambuco e Bahia, depois no Rio de Janeiro e em outras áreas – foi no espaço dos engenhos que a sociedade colonial tomou forma. Essa nova sociedade era fruto da Europa medieval, a partir do conceito jurídico de estados ou ordens, com nobres e plebeus, pagãos e cristãos, cristãos-novos e cristãos velhos. Foi modificada ainda com as novas realidades americanas de etnias ou raças. A presença de índios e africanos, que tinham diferentes cores de pele, culturas, religiões e línguas, criava novas hierarquias.

Os engenhos não erigiram essa pirâmide social, mas a reforçavam. Nessas verdadeiras indústrias, os brancos eram os donos da terra e das moedas. Os indígenas e depois os africanos eram a força de trabalho. E cabia aos brancos pobres, mulatos, mestiços e libertos os chamados “ofícios mecânicos”. Essas fazendas se transformaram no espelho e na metáfora da sociedade brasileira: os brancos nas mais altas posições, os negros (ou índios) na mais baixa, e as pessoas de raças misturadas, no meio. (SCHWARTZ, 2013, p. 22).

O primeiro parágrafo enuncia que a sociedade colonial foi edificada de forma estratificada, segundo o modelo da Europa medieval. O segundo parágrafo explicita essa ideia: na base da pirâmide estavam os trabalhadores indígenas e africanos e o topo era ocupado pelos senhores de engenho branco. No estrato médio, ficavam os brancos e os mestiços que exerciam ofícios manuais.

Nos parágrafos a seguir, verifica-se que a continuidade é incorporativa, pois o segundo parágrafo introduz uma informação que representa a consequência do que enunciado no primeiro. Veja-se: o primeiro parágrafo trata do fato de o açúcar ter passado a constituir uma “*commodity*”, ao passo que o segundo enumera as atividades que surgiram em decorrência do comércio de açúcar.

- (04) ESPECIARIAS, LOUÇAS, SEDAS, algodões, mobiliário – o lucro com os maravilhosos produtos exóticos que Portugal fazia trazer das colônias no Oriente começou a ficar em segundo plano quando, na virada do século XVII, uma nova riqueza se consolidou no comércio europeu: o açúcar brasileiro. Nesses mesmos anos, Amsterdã, antes uma praça mercantil apenas mediana, transformou-se no principal entreposto mercantil e financeiro do continente. Para esse vigor contribuiu bastante o açúcar.

Indivíduos, empresas e reinos começavam a criar as bases para relações econômicas e jurídicas aprimoradas e mesmo inéditas, que **impulsionavam** os setores vinculados ao açúcar: da produção ao comércio, das lavouras aos mares, da exportação à reexportação, do crédito aos seguros. (STURM, 2013, p. 27).

3. *A expansão do tópico*

3.1. **Procedimentos discursivos de expansão do tópico**

Os informantes utilizam procedimentos variados para a expansão do tópico. Esses procedimentos correspondem a diferentes formas de atuação e participação dos interlocutores e são realizados com dupla finalidade: reforçar a focalização do tópico em andamento, por meio do fornecimento de informações complementares ou adicionais, e fornecer pistas de contextualização que venham a situar os assuntos tratados no universo cognitivo-conceitual dos interlocutores.

Os procedimentos de expansão do tópico mais frequentes são citados a seguir:

3.1.1. *Explicitação do tópico*

Trata-se do procedimento de expansão ou desenvolvimento do tópico mediante o fornecimento de informações complementares ou esclarecimentos. A explicitação pode assumir feições distintas:

- explicitação do fato:

(05) (A informante trata da sua rotina de atividade domésticas).

L2 (...) a gente vive de motorista o dia inTEIRO mas o dia inTEIRO... *uma corrida BÁRbara e leva na escola () e vais buscar... os dois estão na escola de manhã – porque eu trabalho de manhã – ... então eu os levo para a escola... e vou trabalhar... depois saio na hora de buscá-los.. aí depois tem natação segunda quarta e sexta... os dois... das duas às três... tem que... saio meio-dia da escola (então) tem que vir correndo... almoçar depressa para dar tempo de digestão para poder entrar na escola às duas horas (...)* (NURC/SP, 360, 1.93-102).

A informante cita o fato de ser ela a motorista da família e tratar da rotina diária, como forma de assinalar que é esse realmente o papel a ela atribuído na divisão de trabalho do lar.

- explicitação de conceitos:

(06) Doc. e como vocês veem a evolução da TV?

L1 *a evolução da TV... estou vendo a evolução da TV muito presa a singularidade brasileiras... e não se pode mesmo... analisá-lo fora do contexto brasileiro... então quando se pede à TV... a altura o nível... de uma televisão eu/europeia... meu Deus mas porque só a televisão tem que ter esta altura... quando as outras... os outros setores estão ainda claudicando... sob diversos aspectos?* (NURC/SP, 333, 1. 301-309).

No exemplo anterior, a informante discute o conceito “evolução da TV” e, ao mesmo tempo, emite a sua opinião acerca do nível da TV brasileira.

A explicitação do tópico, em suas diversas modalidades, tem uma nítida feição contextualizadora, à medida que contribui para a criação de uma base de conhecimentos partilhados entre os interlocutores. Aliás, os diversos procedimentos de expansão do tópico exercem essa função contextualizadora, já que todos eles, de qualquer forma, contribuem para explicitar ou esclarecer o tópico.

Os procedimentos de explicitação fluem diretamente do tópico em andamento e, assim, geralmente não são introduzidos por marcadores conversacionais. Em apenas 14% das ocorrências verifica-se a presença

de marcadores (*acontece que, você vê que, veja você, diz que*) que, na maioria dos casos, exercem outra função (sobretudo o envolvimento dos ouvintes), além de assimilar a expansão do tópico.

No trecho a seguir, há um exemplo de explicitação na escrita: nele a escrita Lya Luft explicita o que é falar de flores a partir de suas experiências pessoais:

- (07) Hoje eu ia falar de flores, pois nem só de indignação, por mais justa que seja, a gente vive. Que toda indignação, ainda que abençoada, seja na medida sensata quando é possível. E com a necessária dose de emoção, pois a emoção é um bom motor de boas causas, desde que não seja irracionalmente conduzida. Teremos ou não novas manifestações enormes; mas certamente teremos manifestações de vários grupos, profissões, indivíduos. Todo mundo quer que o Brasil melhore, e não vou mais uma vez enumerar itens como condições de trabalho, saúde, educação, segurança e dignidade – isso todos sabemos.

Mas nisso estoura a bomba: em lugar de melhorar as condições da saúde pública, com mais e melhores hospitais, melhores salários, melhores condições de trabalho e mais estímulo a quem diariamente salva vidas, eis que a classe médica é castigada – mais dois anos de estudo trabalhando obrigatoriamente no SUS (vai equivaler a uma residência?), e milhares de estrangeiros sem revalidar seu diploma. “Serão supervisionados por médicos brasileiros”, dizem. Mas então nesses lugares remotos, para onde os estrangeiros serão mandados, existirão médicos brasileiros? E de onde virá a dinheirama para tudo isso – que poderia melhorar o que já existe e grita por socorro?

Falar de flores é também falar nas amizades: algumas me ajudaram a sobreviver a dramas pessoais quando eu achava impossível, e combinava comigo mesma: “Só mais este dia. Só até a noite. Só mais 24 horas”, como os anônimos heróis do AA que às vezes levam essas 24 horas por uma vida inteira. Meus filhos, então já adultos, foram e são dessas amizades inestimáveis. Falar de flores é falar daqueles que, em qualquer profissão, estudo, ramo, buscam a excelência. Não para ser admirados, não para visar celebridade ou enriquecer, mas pelo amor ao que fazem, e porque a vida merece, eles mesmos merecem buscar o melhor. Sem esquecer o tempo de amar e curtir a vida, jamais sendo como alguém que me disse certa vez: “Eu não tenho tido nem o tempo de uma risada”, e me deu. (LUFT, 2013, p. 18).

Neste trecho há também um parágrafo que exprime oposição e será discutido num dos próximos itens.

3.1.2. Exemplo e analogia

Esse segundo procedimento consiste na alusão a casos particulares, representativos de uma dada situação. Veja-se o exemplo a seguir:

- (08) (Os informantes discutem os problemas advindos do crescimento, e a possibilidade de elas ficarem paralisadas).
- L1 (...) me parece que não não deve paralisar porque não tem... caso análogo (na história)... *você tem por exemplo (Tóquio) para fazer você conforme... o azar tem você fica quatro horas paralisado num trânsito.. (la:: qualquer).*
- L2 mas nem por isso deixa de ir ()
- L1 [mas isso é relativo né? você não pode ter:: não é global isso né? então sei lá digamos uma regiãozinha ali::...; os que não estão acostumados com a cidade pum se mete no trânsito e se se se (ficam)... talvez até:: em São Paulo... eu nunca pego o trânsito... correto? (NURC/SP, 343, l. 460-471).

A exemplificação torna o tópico em andamento mais concreto e acessível ao interlocutor, por meio da referência a um caso particular. No trecho citado, esse procedimento tem um valor argumentativo, já que o locutor contrapõe o seu ponto de vista (que as cidades não vão ficar paralisadas) ao de sua interlocutora. Essa função concretizadora confere aos exemplos um nítido caráter contextualizador, pois, por meio deles, o locutor dá à sua opinião maiores possibilidades de ser aceita pelo interlocutor. Com isso, verifica-se que o exemplo tem um nítido caráter interacional já que se volta para o interlocutor.

Esse mesmo caráter interacional também se manifesta nos casos em que a exemplificação assume a feição de alusão a autores e obras:

- (09) L2 que que você vê esse pessoal de teatro... para mim é::é a classe mais sofrida que tem... entende? Para mim ele esses daí... se dedicam entende? EU acho esse é o meu ponto de vista eles... investimento deles... é como você jogar na Bolsa talvez pior até entende?... o:: rapaz aí o Altair Lima que montou Hair ele levantou uma nota... ele... agora... você pergunta assim o artista ou você perguntaria o produtor?
- Doc. não mas... em geral tudo... então se você quisesse falar se você faz uma distinção você pode falar dos dois (no caso)...
- L2 *Você vê o:: o:: o Altair Lima ele é... arriscou está certo... ele arriscou ele... pôs tudo:: segundo declaração dele não sei se são demagógicas ou não ele pois... tudo que ele tinha na na montagem da peça Hair... poderia chegar aqui... não vão mon/ não vão... a censura não deixa montar e está acabado... que ele aplicou ele vai para o... saiu muito bem... dizem que nessa que ele montou agora já não está... tendo a mesma aceitação que que teve o Hair... Jesus Cristo Supers-*

*tar entende?... então que o que que você vê? O indivíduo joga arrisca [... você vê é é mais fácil fechar teatro que abrir... hoje em dia fecha mais teatro do que abre...]*¹⁴ (NURC/SP, 061, l. 1279-1301).

A alusão ao espetáculo *Hair* e ao produtor Altair Lima, além da função argumentativa e contextualizadora, permite ao informante indicar, de modo explícito, que ele faz afirmações bem embasadas, com o devido conhecimento do assunto em andamento. Com efeito, por meio da alusão a *Hair*, o locutor justifica a afirmação anterior (o investimento em teatro é de alto risco) de modo consistente, pois o referido espetáculo teve, na época em que foi exibido, uma ampla repercussão. Este é, pois, um procedimento que permite ao interlocutor construir uma imagem bastante positiva de si mesmo e, assim, obter uma reação favorável das partes do seu interlocutor.

Acrescente-se que, entre os casos de exemplificação ou alusão, predominam largamente as ocorrências introduzidas por marcadores conversacionais: em 81% dos casos verifica-se a presença de marcadores (*por exemplo, um exemplo é, você tem por exemplo, você vê* e assemelhados).

O trecho a seguir foi extraído de um texto que trata do trabalho escravo e das condições subumanas nos canaviais. No parágrafo “Líder Nacional...”, citam-se as ações empreendidas em São Paulo para resolver o problema:

- (10) Para Marcel Gomes, do Centro de Monitoramento de Biocombustíveis da ONG Repórter Brasil, se os empresários criassem um piso, a superexploração nos canaviais acabaria. “Hoje, a parte variável [o que se ganha por produção] é muito alta. Como defesa, os empresários argumentam que o salário médio na cana é o maior dentre as culturas agrícolas, chegando a R\$ 1 mil. Mas tudo isso à base da sujeição do trabalhador a condições análogas à escravidão”, critica.

Líder nacional na produção, São Paulo apostou em uma solução tecnológica para contornar o problema: trocar homens por máquinas. Um pacto fechado entre governo e usineiros prevê a mecanização total do corte já em 2014. Ainda há a Lei 14.946, que pune com a cassação do registro da Inscrição Estadual no cadastro de contribuintes do ICMS as empresas paulistas que utilizarem, direta ou indiretamente. (SALGADO, p. 38).

¹⁴ O trecho entre colchetes não faz parte da alusão, e constitui um caso de expansão por acréscimo de informações adicionais.

3.1.3. *Justificativa ou relações causais*

De forma genérica, todos os procedimentos de expansão justificam as afirmações do locutor, particularmente quando se trata de temas polêmicos. Em alguns casos, porém, o locutor sente a necessidade de justificar, de forma explícita, uma afirmação ou de indicar a causa/consequência de um fato. É o que se verifica no exemplo a seguir, no qual o informante explica por que o método “braçal” foi substituído pelo computador no cálculo de estruturas:

- (11) L1 Acontece o seguinte... quando eu estudei éh... tive que... éh:: aprender uma série de métodos de... cálculo dimensionamento de pontes.
- L2 Ahn
- L1 agora vários desses... vários desses métodos não não não são mais necessários... não se aprende *porque:: eles estão suplantados né? você não precisa mais calcular ocomput/ o computador calcula... e cada vez mais ocomputador adquire... uma:: capacidade de calcular as coisas... não é que ELE adquire () já lançaram... computadores mais aperfeiçoados certo?*
- L2 ahn ahn
- L1 então eu peguei uma fase em que estava mais ou menos bom:: sei lá eu achei bom::... que eu aprendi bastan::te... como fazer eu mesmo... e depois aprendi como fazer pelo computador... *então eu sabia dos dois jeitos né? como eu teria que fazer...*
- L2 ahn ahn
- L1 *Utilizando a matemática e... como eu teria que fazer utilizando o computador*

(NURC/SP, 343, l. 838-875).

Na primeira ocorrência, o locutor justifica por que já não se utilizam os métodos de cálculo pela matemática. No segundo enunciado sublinhado, ficam explícitas as consequências de ele (o informante) ter aprendido dos dois modos. Finalmente, no terceiro trecho, ficam claras as consequências da existência desses dois métodos.

Veja o exemplo a seguir:

- (12) L1 Muitas pessoas têm viajado ultimamente – ultimamente eu não tenho viajado – ... tem dito por exemplo quem em va/ diversos países da Europa a televisão está muito ruim... *porque a televisão sendo estatal ela é muito uniformiZada... não há:: espetáculos diversificados o telespectador... o::: fica sempre... preso... a filmes ou a conferências...*

(NURC/SP, 333, l. 211-315).

A locutora justifica o fato de a televisão europeia não ter qualidade de programação com a alusão à falta de opções apresentadas ao telespectador.

A expansão por justificativa ou relações causais tem, como os processos já focalizados, um papel interacional, já que contribui para a criação de um contexto comum, partilhado entre os interlocutores. Além disso, esse procedimento contribui para a construção de uma imagem positiva do locutor: ao embasar suas afirmações em dados concretos, que se tornam mutuamente acessíveis, ele busca ser reconhecido como alguém que domina o assunto em pauta e não faz afirmações sem fundamento. Essa característica aproxima a expansão por justificativa da exemplificação e, do mesmo modo, verifica-se que ambos os procedimentos exercem um nítido papel argumentativo.

Outra semelhança entre os procedimentos citados no parágrafo anterior é o fato de, em ambos, predominarem largamente as ocorrências introduzidas por marcadores conversacionais. No caso da justificativa, em 87% das ocorrências verifica-se a presença de marcadores de valor coesivo ou textual (*então, daí, porque é que*, entre outros).

No trecho a seguir, há um exemplo de explicitação na língua escrita:

- (13) O nome de NICOLAU MAQUIAVEL foi tão marcante que ganhou significados para além do personagem. E nada lisonjeiros. Em língua portuguesa, deu origem a um adjetivo: “maquiavélico”, sinônimo de pessoa ardilosa, envolvida com ações pérfidas e movida pela má fé.

É difícil explicar os motivos que levaram a associações tão negativas. Um dos fatores foi escrever uma teoria política que não se fundamentava nos valores morais cristãos de seu tempo. Outro se deve ao seu envolvimento com o governo republicano, que tinha em vista a autoridade da lei, em um período em que a monarquia era defendida como o modelo mais próximo do “Reino dos Céus”, abençoada pela Igreja. (SOUZA, 2013, p. 60).

No segundo parágrafo, a autora enumera os dois motivos pelos quais o termo maquiavélico adquiriu a acepção de pessoa ardilosa, de má fé.

3.1.4. *Opinião pessoal ou avaliação*

Neste caso, a expansão do tópico ocorre por meio de um juízo ou opinião pessoal, os quais, com frequência, representam uma avaliação do assunto em pauta:

(14) (A informante do seu relacionamento inicial com a televisão).

L1 (...) houve uma época na minha vida que a literatura:: me fazia prestar muita atenção... e eu queria era uma fuga... então a minha fuga... era me deitar na cama... ligar o:: receptor e ficar vendo... ficar vendo... e:: aí eu comecei a prestar atenção naquela tela pequena... *vi... não só que já se fazia muita coisa boa e também muita coisa ruim é claro... mas:: vi também todas as possibilidades... que aquele veículo... ensinava e que estavam ali laTENtes para serem aproveitados...* (NURC/SP, 333, l. 13-21).

No exemplo anterior, ocorre um deslocamento parcial do tópico, uma forma de continuidade menos estrita, pois o enfoque deixa de ser a televisão em si e recai na opinião da informante acerca das potencialidades desse veículo. Existe, pois, uma cisão (parcial) do foco, o qual passa a incidir, a um só tempo, sobre o assunto em si (a televisão) e sobre o assunto em si (a televisão) e sobre o locutor.

Fica claro, porém, que não há ruptura tópica, mas uma manifestação da subjetividade da própria informante. Apesar desse caráter subjetivo, verifica-se que a opinião pessoal possui também um caráter contextualizador e evidencia a relevância do assunto em questão: ao tratar das potencialidades da TV, a informante ressalta a importância desse veículo.

Os juízos e opiniões vêm sempre introduzidos por certos marcadores, denominados prefaciadores de opinião. O prefaciador de opinião mais frequente é prototípico (é *(eu) acho que*, mas outros podem ser citados: *eu vejo, eu creio, eu penso...*

Os prefaciadores de opinião são normalmente representados por verbos na primeira pessoa, com os quais se introduz mais diretamente a subjetividade no discurso e se assinala que o foco passa a incidir não só sobre o tópico, mas também sobre o próprio locutor.

Cabe lembrar que *(eu) acho que* nem sempre tem por função prefaciador opiniões ou introduzir juízos ou avaliações. Em exemplos semelhantes ao próximo, a função mais evidente do referido marcador é a de atenuador:

(15) Doc. e quando vocês quiserem... escolher uma carreira... o que as levou a escolher a carreira?

L2 a minha *eu acho...* eu não tenha certeza para julgar mas *eu acho* que foi discutida... meu pai... foi o um:: era militar:: mas avocação dele era ter sido... advogado então ele vivia dizendo isso... eu eu tenho a impressão eu não posso dizer porque é difícil (...) (NURC/SP, 360, l. 1511-1517).

As duas ocorrências de *eu acho* não introduzem propriamente uma opinião, mas indicam, de forma explícita, a falta de convicção da locutora que, por meio delas, sinaliza que não assume responsabilidade plena por aquilo que vai ser dito.

Veja-se um exemplo da língua escrita:

- (16) Se ainda hoje tais afirmações suscitam polêmica, imagine-se a força com que foram condenadas quando Maquiavel as escreveu. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi proibida pela Igreja Católica, mais tarde também foi condenada pelos protestantes, por certo o que contribuiu imensamente para a má fama do autor. Quinhentos anos depois, sua revolucionária análise da realidade mantém candente a pergunta crucial: haveria outro meio de fazer política? (SOUZA, 2013, p. 6).

Este trecho foi extraído de um artigo já citado e nele a autora dá a sua opinião acerca das perenidades das ideias de Maquiavel e das polêmicas que elas provocaram.

3.1.5. *Objecção ou ressalva*

Incluem-se neste item os casos em que um dos interlocutores dá continuidade ao tópico em andamento por meio da manifestação de um juízo ou ponto de vista contrário ao do seu interlocutor:

- (17) (Os informantes discutem questões referentes a emprego e trabalho).
- L1 Então o desen/ o desenvolvimento é bom porque ele dá chance de emprego para mais gente...
- L2 mas você está pegando uma coisinh::nhá assim sabe? um cara que esteja desempregado também eu posso... usar o mesmo exemplo num num sentido do contrário... o cara que está desempregado porque não consegue se empregar né? na verdade não quer... ou um outro que:: assim... muito bem empregado executivo chefe da empresa e tal mas cheio das neuroses dele... eu não sei qual está melhor...
- L1 então você tem que abstrair desse aspecto porque você pode ter ambos os ca::sos você tem que pegar na média esquecendo esse aspecto particular...
- L2 È mais aí:: é o tal negócio eu não me preocupo muito com a média... pra mim interessa::o: indivíduo né?... salvação individual então eu pensar... como é que está essa média como é que está aquela... como é que está a ou/... () realmente me faltam dados né? de eu não procurar esses dados de eu não me tocar muito... e ver::...
- L1 é eu às vezes me preocupo com... digamos com a média pelo seguinte... eu me preocupo com o que que eu estou contribuindo com o bem da média ou não... porque porque eu pego e calculo uma coisa que

chegou a mim... e de mim vai para outros (NURC/SP, 343, l. 555-580).

L1 afirma que o desenvolvimento é bom, porque assegura emprego para as pessoas, mas L2 refuta essa colocação, e fala que nem sempre a pessoa empregada é feliz. L1 contradiz essa colocação e afirma que é preciso preocupar-se com a média, mas L2, sendo psicóloga, afirma que é preciso preocupar-se com o indivíduo.

Verifica-se, assim, que não há continuidade estrita entre as falas, pois a objeção ou a ressalva implicam uma mudança parcial de enfoque. Existe, por certo, a continuidade, mas ela ocorre em termos abrangentes (nesse caso, em referência ao tópico emprego).

98% dos casos de objeção ou ressalva são introduzidos por um marcador conversacional de valor argumentativo. *Mas* constitui o marcador prototípico dessa modalidade de continuidade tópica, no entanto outros também aparecem (*porém, ser bem que...*).

No exemplo 07, já foi citado um exemplo de objeção na escrita, introduzido pelo operador mas. No trecho em questão, Lya Luft opõe-se às recentes medidas tomadas na saúde e mostra a falta de pertinência dessas medidas.

3.2. Comentários acerca dos procedimentos de expansão do tópico

3.2.1. Procedimentos de expansão e formas de continuidade tópica

Os procedimentos de expansão dividem-se em dois grupos, quando associados às formas de continuidade tópica. Incluem-se no primeiro grupo a explicitação (em suas diversas formas), a exemplificação ou analogia, e as relações causais, procedimentos nos quais ocorre a retomada do tópico em sentido estrito (continuidade colaborativa). Já dois outros procedimentos de expansão estudados (opiniões e juízos, objeções e ressalvas) ocorre a retomada do tópico em termos amplos (continuidade incorporativa). Com efeito, verifica-se, nesses dois procedimentos, o enfoque se desloca do assunto em si para a esfera da subjetividade, manifestada pelo modo de ver ou sentir do locutor ou, ainda, por um ponto de vista divergente.

A continuidade do assunto em termos estritos constitui a forma de expansão mais nítida e evidente, pois nela ocorre o desdobramento do tópico. Com esse desdobramento, o locutor procura evidenciar a pertinência do tópico e do enfoque por ele atribuído, e do mesmo modo, busca inserir o assunto tratado no universo cognitivo e conceitual dos demais interlocutores. Essas formas de continuidade possibilitam o enquadramento do tópico e, por isso, é a mais frequente, como será discutido no próximo item desta exposição.

Nas formas de continuidade incorporativa não há propriamente um desdobramento do assunto, mas a exposição da opinião ou do ponto de vista do locutor. Por isso mesmo, essas formas são menos frequentes, e correspondem a momentos específicos do desenvolvimento da interação, nos quais aflora, de forma mais direta, a subjetividade dos interlocutores. O tópico não se expande de dentro para fora, de modo que o papel contextualizador dos procedimentos que manifestam a continuidade incorporativa é menos nítido.

3.2.2. *Distribuição dos procedimentos de expansão*

O quadro a seguir expõe os percentuais referentes às diversas formas de expansão do tópico.

MODALIDADE	%
Explicitação	58
Exemplificação	16
Relações causais	12
Objecção ou ressalva	06
Opinião	08

Quadro 1 – Modalidade de expansão do tópico (dados percentuais).

A modalidade de expansão mais frequente é representada pelas diversas formas de explicitação. Esse predomínio é devido ao fato de ser ela a que permite – de forma mais direta – a criação de um espaço comum partilhado pelos interlocutores. Usando-se uma imagem concreta, pode-se admitir que a explicitação corresponde ao desembulhar de um pacote, e isso permite colocar em evidência as características de um ser, os desdobramentos de um conceito ou as particularidades de um fato. Essa evidenciação ilumina o tópico e permite inseri-lo no conhecimento prévio de cada interlocutor e no contexto partilhado que se cria no momento da interação verbal.

Esse mesmo papel interacional pode ser encontrado no fato de a expansão reforçar o enquadramento estabelecido pelos interlocutores em relação ao tópico em andamento. Aliás, dentro da dinâmica do texto conversacional, esse enquadramento é sempre necessário, como forma de mostrar que o enfoque é pertinente e o tópico não está esgotado.

O papel de contextualização e enquadramento também pertence à exemplificação e às relações causais. Na primeira, esse papel é exercido pela alusão a um caso particular; já nas relações causais, é a explicitação da causa e da consequência que permite a inserção do tópico no universo cognitivo dos interlocutores.

Esse papel contextualizador faz com que a explicitação, as relações causais e a menção de exemplos correspondam a efeitos contextuais, conceito discutido por Sperber e Wilson (1986: 109 e ss.). Segundo os citados autores, os efeitos contextuais permitem a interação entre informações velhas e novas, de modo que entre ambas se cria uma implicação. Ainda segundo os citados autores, existem duas espécies de efeitos contextuais: a primeira são aqueles procedimentos que fornecem informações adicionais e, assim, reforçam o já mencionado; a outra espécie é representada pelos efeitos contrários ao que foi dito.

As modalidades de expansão ligadas à continuidade incorporativa (opiniões; objeções ou ressalvas) correspondem ao segundo tipo de efeitos contextuais, pois com eles o locutor busca redirecionar o que foi dito. No caso da objeção, esse redirecionamento é bastante nítido, mas também há mudança de rumo na manifestação de opiniões, na qual os locutores deixam de tratar do assunto em si, para dizerem o que pensam do tópico em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAIT, Beth. O processo interacional. In: PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas, 1993, p. 189-214.
- BROWN, Gillian; YULE, George. *Discourse Analysis*. London: Oxford Press, 1983.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de; PRETI, Dino (Orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*, v. II. Diálogos entre dois informantes. São Paulo: T. A. Queiroz/FAPESP, 1987.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999.

JUBRAN, Clélia Cândida Spinardi et al. Organização tópica da conversação. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. v. II. Níveis de análise linguística. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1993, p. 357-397.

_____. Inserção: um fenômeno de descontinuidade na organização tópica. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*, v. III. As abordagens. Campinas: UNICAMP/FAPESP, 1994, p. 61-74.

KEENAN, Elinor Ochs; SCHIEFFELIN, Bambi B. *Topic as a discourse notion: a study of topic in the conversations of children and adults*. In: LI, Charles N. (Ed.) *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976, p. 337-384.

LUFT, Lya. Eu ia falar de flores. *Veja*, ano 46, ed. 2330, 17 jul. 2013, p. 18.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação* (1986). São Paulo: Ática, 1986.

SALGADO, Aline. Contra a escravidão, máquinas. *Revista de História*, ano 8, n. 9, jul. 2012

SCHWARTZ, Stuart, B. Como se cria um país. *Revista de História*, ano 8, n. 94, jul. 2013.

SOUZA, Flávia Roberta Benevenuto de. Nem virtude, nem vício. *Revista de História*, ano 8, n. 94, jul. 2013.

SPERBER, Dan; WILSON, Deidre. *Relevance*. Communication and cognition. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1986.